

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**Lei Municipal nº 1378/94**  
**Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011**

**Ata nº 008/2019**

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos -  
2 CMAS, realizada no dia 16 de julho de 2019, na sede do CMAS, sita a Rua XV de Novembro, 183  
3 - Centro - Santos/SP com a presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na  
4 lista em anexo que integra esta ata. Mayara da Silva Curcio, presidenta do CMAS, deseja um bom  
5 dia a todos, em seguida inicia a assembleia, às 9h04. **1. Apreciação e Deliberação da Ata da**  
6 **Assembleia Geral Ordinária do dia 18/06/2019.** Pontua que esta não estaria pronta, por isso  
7 seria lida a ata do dia 21, sem oposição da plenária. A conselheira Flávia Valentino inicia a leitura,  
8 dando pausas para que sejam apontadas as alterações necessárias. A primeiras delas, diz  
9 respeito à nomenclatura atribuída à Seção responsável pelas Vilas Criativas. Também sobre o  
10 Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS e o trabalho da Comissão de  
11 Políticas serem duas questões conectadas, porém distintas, de modo que há necessidade de  
12 ressaltá-las como informações de importância. Sobre o Programa Novo Olhar, Leandro corrige  
13 que se trata de um programa de governo e não de um projeto como foi colocado e que a  
14 universidade parceira é a UNIFESP. Alguns nomes e siglas são corrigidos, além de falas  
15 atribuídas às pessoas erroneamente. Ainda, Mayara pede que esteja em ata a fala de Márcia  
16 Ester Caldas, na assembleia em que foi apresentado o Programa Novo Olhar, que salienta o fato  
17 de que o referido Programa não passou por apreciação e aprovação no Conselho, logo, não  
18 poderia ser custeado com recurso do Fundo Municipal de Assistência, uma vez que essa  
19 colocação subsidiou as ações tomadas pelo Conselho. Bárbara, conselheira, aponta que uma fala  
20 sua está subtraída de informações importantes, pedindo complementação. Magali pede algumas  
21 correções referentes a posicionamentos seus descritos no documento, antes de Mayara perguntar  
22 uma última vez sobre a existência de ressalvas à redação apresentada. Diante do silêncio da  
23 plenária, foi perguntado se pode considerar a ata aprovada uma vez que as correções apontadas  
24 sejam aplicadas e, com o assentimento dos conselheiros presentes, encerra o primeiro item de  
25 pauta, apresentando o próximo. **2. Apreciação e Deliberação do Relatório Financeiro do**  
26 **Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS do 1º Semestre de 2019.** Mayara informa aos  
27 presentes que Tércia apresentará o Relatório, já apreciado na última Comissão de Política. Inicia-  
28 se a prestação com o esclarecimento que o município possui três contas, cada uma referente a  
29 um nível de complexidade da política de assistência, sendo esse básico, médio e alta  
30 complexidades. Em acordo com o estabelecimento referente ao repasse estadual, é necessário a  
31 abertura de uma nova conta bancária anualmente. Em 2019, o repasse só se deu no mês de abril,

32 neste, três montantes foram recolhidos e em maio e junho, um cada mês. Na básica, o repasse foi  
33 de R\$ 102.177,70, os juros e devoluções foram de R\$ 17,85 e de despesa R\$ 102.177,30. Em 30  
34 de junho, data correspondente ao fim do semestre, o saldo bancário era de R\$ 17,85, valor  
35 referente aos juros. Na média tivemos, de repasse, R\$ 91.666, 70, de juros e devoluções, R\$  
36 226,19, de despesas e taxas R\$ 52.611,63 e saldo bancário de R\$ 39.281,26. Na alta  
37 complexidade, o repasse, os juros e devoluções, as despesas e o saldo bancário foram de,  
38 respectivamente, R\$ 436.916,45, R\$ 210,68, R\$ 415.468,19 e R\$ 21.658,95. Em seguida, as  
39 despesas foram descritas por aplicação, aqui simplificadamente, na básica, os gastos são com as  
40 entidades, na média, a verba é revertida aos CREAS e ao Centro POP, especialmente para  
41 alimentação, materiais de escritório, materiais lúdico-pedagógicos, vales-transporte e recâmbio.  
42 Na alta, a verba subsidia o consumo dos serviços de execução direta e as entidades. Rodrigo,  
43 coordenador da COGESUAS, inicia a apresentação do Relatório Circunstanciado, explicando que  
44 este traz um compilado das atividades desenvolvidas por cada um dos serviços que receberam o  
45 cofinanciamento do estado, quantitativa e qualitativamente. Informa também que os  
46 coordenadores estão presentes para sanar dúvidas eventuais sobre os dados, que são enviados  
47 pelas chefias dos serviços e, posteriormente, alimentam a construção dos Relatórios, um para a  
48 proteção social básica e outro para a especial, expondo tanto a previsão, quanto a execução de  
49 cada ação em cada equipamento. Rodrigo inicia a leitura, pausando-a para atender a solicitações  
50 da plenária. A primeira delas é que seja apontado o número de usuários da APAE que possuem  
51 CadÚnico, proposição feita pela conselheira Thayná. O coordenador pede que essas adições  
52 sejam disponibilizadas para apreciação do Conselho por meio de ofício, uma vez que o prazo para  
53 apresentação ao estado está mais próximo que a próxima assembleia, na qual essas correções  
54 serão lidas, a proposta é acatada. No momento da apresentação dos números de atendidos da  
55 Unidade Especializada da Assistência Social às Medidas Socioeducativas, parte do CREAS ZNO,  
56 Mayara questiona a supressão da Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Leandro Lapetina,  
57 chefe de Departamento da Proteção Social Especial, esclarece que o estado financia  
58 exclusivamente a medida de Liberdade Assistida, daí a ausência da primeira neste relatório.  
59 Sobre a SEACOLHE AIF, Rodrigo apresenta a justificativa do serviço para disparidade entre o  
60 programado e o executado, que ocorreria em razão do programado fazer referência ao número de  
61 vagas disponíveis de pernoite (80) e o executado, expor o número total de atendidos  
62 mensalmente, que é consideravelmente maior, pois retrata o total de usuários que utilizaram o  
63 serviço por períodos de permanência distintos. Mayara aponta que a descrição do Serviço de  
64 Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) se resume ao que consta  
65 na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, enquanto a dos outros serviços é  
66 detalhada e descreve as ações e atividades de maneira personalizada, ressaltando que esse  
67 apontamento já foi apontado em outros momentos pela ex-presidenta Marina. Rodrigo explica que  
68 não teve acesso a esses dados, que existem, já que os trabalhadores preenchem um  
69 demonstrativo mensalmente com essas especificações. Em resposta, Leandro coloca que esses

70 foram sim enviados à COGESUAS pelas chefias dos CREAS e Rodrigo se escusa, dizendo ter  
71 desatentado, mas que localizaria-os e faria a substituição. Mayara destaca o grupo de  
72 adolescentes das medidas do CREAS ZNO, que é feito em parceria com UNIMONTE,  
73 questionando se o CREAS Leste o executa, assim também, recebendo uma resposta positiva de  
74 Eliane - chefe do CREAS ZL, que está presente. Mayara pede que a leitura seja interrompida e  
75 pergunta se está sendo possível acompanhar, devido a monotonia da apresentação e Leandro  
76 sugere que seja reprimida a descrição de cada serviço (já conhecida pela maioria dos presentes),  
77 salvo dúvidas que surjam, para promover a assertividade na demonstração dos dados e tem sua  
78 sugestão acatada. Durante a apresentação do relatório de atividades da alta complexidade,  
79 Mayara pergunta se há algum ordenamento recente que faça distinção entre sexo e gênero como  
80 condicionante ao abrigo em um ou outro serviço. Leandro esclarece que no SEABRIGO AIF  
81 é dividido em ala feminina e ala masculina. No entanto, há uma discussão em curso para que o  
82 SEACOLHE AIF passe a atender apenas a demanda masculina, transferindo o atendimento da  
83 demanda feminina ao Albergue Noturno, o que, segundo ele, já foi discutido com ambos serviços,  
84 tendo em vista que o processo de reordenamento é constante. Acrescenta ainda que há uma  
85 mulher no SEACOLHE AIF, mantida no equipamento por questões de saúde mental, de modo que  
86 a interlocução com a saúde está sendo viabilizada para que a situação seja encaminhada da  
87 melhor forma possível tanto para a usuária, quanto para a equipe. O objetivo, em acordo com o  
88 reordenamento supracitado, é de desacolhê-la assim que possível, consolidando a exclusividade  
89 do público masculino no último serviço citado aqui. Rodrigo pergunta se essa informação pode ser  
90 incluída no relatório e Leandro assente. Mayara pergunta se há um instrumental padrão que é  
91 enviado aos serviços para alimentação do Relatório Circunstanciado e Rodrigo informa que não,  
92 baseado no trabalho feito para construção desse relatório. Tratando-se das entidades da proteção  
93 básica, esses dados são absorvidos dos relatórios mensais de atividade, para os quais há um  
94 padrão. Já para os serviços de execução direta, existe um quadro quantitativo constituído a partir  
95 do Registro Mensal de Atendimento (RMA), mas não um instrumental estruturado para circulação  
96 dessas informações. Leandro intervém e pontua que a Gestão reconhece a necessidade da  
97 criação deste para otimizar essa sistematização e possibilitar o cumprimento da responsabilidade  
98 que a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) tem de monitorar a rede pública sob sua  
99 administração, o que ainda não faz. Rodrigo pontua que é iniciativa da Secretaria a solicitação de  
100 que seja incluída uma descrição qualitativa na apresentação dos serviços ao estado no sentido de  
101 avançar nesse monitoramento, que é um intento do Censo SUAS, colocando que há uma  
102 construção constante que tem por objetivo satisfazer esse compete. Mayara coloca que a  
103 ausência desses dados pode ser interpretada como uma ineficiência na atuação dos servidores  
104 públicos quando, na verdade, trata-se de uma lacuna da gestão. Leandro explica que as entidades  
105 são obrigadas a relatar suas atividades para justificar o financiamento que recebe e mantê-lo,  
106 enquanto que o mesmo não ocorre com o mesmo afincos nos serviços de execução direta. Lembra  
107 também que os serviços públicos, no passado, já tiveram que construir esse relatório, mas que

108 isso foi perdido e precisa ser retomado, pois não se trata de uma prestação de contas,  
109 simplesmente, mas de uma oportunidade de apresentar os serviços que são, de fato, executados.  
110 Mayara coloca que esse vácuo prejudica também o trabalho do Conselho, que não consegue  
111 obter um retrato real e abrangente do trabalho da rede socioassistencial para controle, como é seu  
112 papel. Mayara cita novamente a ausência de descrição do trabalho do PAEFI e Eliana, chefe do  
113 CREAS Leste, refere a larga abrangência do trabalho desse serviço, apontando a inviabilidade de  
114 relatar tudo o que é feito. Como responsável pelo preenchimento do RMA dessa seção, afirma  
115 que o modelo enviado para a Secretaria não abrange a variedade de ações que os trabalhadores  
116 descrevem e que esses dados tem finalidade de controle do serviço internamente. Mayara indica  
117 que então esse controle já existe e Leandro replica que o RMA tem caráter exclusivamente  
118 quantitativo. Eliana acrescenta ainda que nem tudo o que os trabalhadores reportam é enviado à  
119 gestão, no quesito de variedade de atividades. Rodrigo traz que uma discussão análoga a essa  
120 teve lugar na Comissão de Finanças, no sentido de dar visibilidade a essas informações para o  
121 restante da sociedade. Ressalta que esse debate toma lugar, nesse momento, à luz dos serviços  
122 que são financiados pelo governo estadual, mas que o mesmo ocorre com outros, que carecem  
123 da mesma atenção. Conclui que, assim como dados de programas de transferência de renda,  
124 também os dados de atendimento mereceriam ser apresentados no portal da transparência para  
125 acesso da população geral. Magali relembra um momento anterior em que reportava-se ao CMAS  
126 trimestralmente os trabalhos executados, em relação a programas e etc., além de um relatório de  
127 gestão, ambos atualmente inexistentes. Relata que os dois departamentos (referentes à proteção  
128 básica e especial) fazem avaliações anuais, que não são encaminhadas ao CMAS. Sem mais  
129 adições à discussão, Mayara coloca a aprovação do relatório em regime de votação,  
130 questionando aos conselheiros presentes da necessidade da chamada nominal, diante do  
131 silêncio, pergunta se é consenso a aprovação, abre para novos questionamentos e, após  
132 assentimento dos conselheiros, declara como aprovado o Relatório Financeiro do Fundo Estadual  
133 de Assistência Social do Primeiro Semestre de 2019. **3. Representação no COMAD.** Mayara  
134 informa que o CMAS goza de uma cadeira de representação no Conselho Municipal de Política  
135 sobre Drogas (COMAD) que foi, até alguns meses atrás, ocupada por ela mesma, com suplência  
136 de Marina Perez Peña. Em decorrência das recentes mudanças na composição da diretoria  
137 executiva, Mayara coloca que já não tem condições de ocupar essa posição no COMAD, assim,  
138 essa cadeira está vacante e demanda uma nova indicação por parte do CMAS. Como nenhum  
139 dos conselheiros se manifesta espontaneamente, Mayara inicia a chamada nominal,  
140 acrescentando que as assembleias desse órgão tem acontecido às segundas segundas-feiras  
141 pela manhã, em local itinerante. Mayara emenda esta à discussão sobre a composição da  
142 diretoria executiva, que continua sem ocupante para o cargo de segundo secretário, estando a  
143 conselheira Flávia Valentino ocupando o cargo de primeira secretária a contragosto. Nenhuma  
144 conselheira (o) se habilita para ocupar a cadeira no COMAD **4. Recomposição da Diretoria**  
145 **Executiva.** Flávia Valentino havia se disposto a ser primeira secretária, mas informa que prefere

146 que outro conselheiro assuma, devido a competência que o cargo carrega da redação das atas  
147 das assembleias, que diz ser uma longa e trabalhosa tarefa. A chamada nominal logo é  
148 interrompida para que se questione a ausência da conselheira Alessandra, da saúde, que  
149 informou ter de se ausentar em razão de outra reunião marcada no mesmo horário. Gustavo  
150 Gameiro, oficial administrativo do CMAS, comenta que a cadeira referente à Secretaria de Saúde  
151 sofrerá uma mudança de representante, já anunciada ao Conselho via ofício. A nova conselheira  
152 será Tarciana e a suplente, Daniele, ambas comentam que já foram informadas do procedimento  
153 necessário para completar o reordenamento. Mayara dá continuidade à chamada nominal, até o  
154 nome de Marcelo Vasquez, indicação recente da Secretaria de Esportes, que ainda não se  
155 apresentou em nenhuma reunião, seja assembleia ou de alguma das comissões. O conselheiro  
156 Paulo informa que Marcelo encontra-se em férias. A presidenta interrompe novamente a chamada  
157 nominal para informar que a cadeira da Secretaria de Cultura está vacante, apesar de o CMAS já  
158 tê-la oficiado a esse respeito. Diante da ausência de seu suplente, Galvão explica que é do  
159 entendimento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano que, na presença do conselheiro titular, o  
160 suplente está dispensado, de modo que, se essa informação estiver em desconformidade, seria  
161 interessante que o Conselho oficiasse a unidade gestora. Mayara referencia o regimento interno  
162 do CMAS ao dizer que o conselheiro, titular ou suplente, tem obrigação de integrar uma das  
163 comissões. Em relação à assembleia, adiciona que o regimento é pouco claro quanto à  
164 imperatividade ou não da presença de ambos, ainda que a representação de cada cadeira tenha  
165 direito a apenas um voto. Daniele Maia, conselheira, aponta que, para os representantes da  
166 sociedade civil, é mandatória a presença do titular e do suplente nas assembleias, sob pena de  
167 perda de representação, regra que devia ser igualmente aplicada ao poder público. Mayara  
168 evidencia essa ambiguidade no regimento interno. Ao fim da chamada nominal, na ausência de  
169 disponibilidade de todos os conselheiros, Mayara questiona se as vacâncias apresentadas se  
170 mantêm e informa que isso será reiterado a cada assembleia. Ainda sobre a composição da  
171 Diretoria Executiva, Mayara anuncia que a secretaria já foi oficiada três vezes a respeito da  
172 necessidade de que se cumpra a vinda de um técnico para o CMAS, uma vez que a solicitação  
173 continua sem ser acatada. Ressalta que esse fato dificulta o andamento das atividades do  
174 Conselho. Rodrigo pontua a indicação nominal feita pelo órgão para o técnico em questão e  
175 coloca que essa profissional, no momento, executa suas funções no CREAS Leste, de modo que  
176 ainda não foi deslocada, por ser inviável que ela deixe de atender as famílias a ela referenciadas  
177 no serviço de ponta. Lembra também que a SEDS tem um processo em andamento na SEGES,  
178 de número 73258/2018, que solicita a reposição de profissionais que se aposentaram ou deixaram  
179 seus cargos, para que a demanda dos serviços da secretaria seja atendida em sua totalidade.  
180 Independentemente disso, como informa o gestor, a SEDS está reorganizando a distribuição dos  
181 profissionais, para que essa funcionária específica possa ser liberada. Para tal, o processo  
182 supracitado solicita novos concursos municipais. Fernanda, conselheira, questiona se algum outro  
183 profissional, que não a indicação já apresentada, poderia ocupar esse cargo e Rodrigo informa

184 que essa consideração depende da abertura de uma prerrogativa por parte do Conselho,  
185 considerando o combinado feito com o secretário de que o CMAS poderia fazer essa indicação  
186 nominalmente. Aberta essa prerrogativa, a gestão poderia fazer uma nova consulta de  
187 disponibilidade para outro profissional. Mayara questiona essa colocação, dizendo que, se há  
188 outro profissional disponível, em tese, ele poderia substituir a técnica solicitada em seu atual  
189 posto. Rodrigo retifica sua colocação, apontando que essa afirmação apenas poderia ser feita a  
190 partir da abertura de uma nova prerrogativa por parte do CMAS, para que a secretaria voltasse os  
191 esforços a essa, assim como tem feito para a profissional já indicada. Mayara coloca que isso não  
192 foi dito como resposta aos ofícios enviados pelo CMAS e que urge a determinação de um prazo  
193 para que isso seja encaminhado, considerando a aproximação da data da conferência. Destaca  
194 também seu esforço em dar visibilidade à sobrecarga que os conselheiros engajados nas  
195 atividades tem vivenciado, em razão das lacunas deixadas pela ausência do técnico e pela falta  
196 de comprometimento de alguns conselheiros que deixam de cumprir suas obrigações enquanto  
197 tais. Rodrigo diz que levará essa discussão à secretaria, para que essa possa responder aos  
198 ofícios com um prazo para disponibilização da técnica. Diante de sugestões de que seja feita uma  
199 lista com nomes de técnicos que poderiam ser deslocados ao Conselho de imediato, Leandro  
200 pede sensatez e diz que não há técnicos disponíveis e que há uma defasagem importante de  
201 recursos humanos, que chega a comprometer o próprio funcionamento dos serviços de  
202 atendimento à população. Coloca que a Secretaria tem pensado em estratégias para atender à  
203 demanda do Conselho e que o Departamento não se opõe ao deslocamento da técnica, mas que  
204 há um entrave para tal. Declara que, enquanto gestão, o atendimento das famílias não será  
205 interrompido em detrimento da necessidade do Conselho. Rodrigo fala da data limite referir-se às  
206 datas previstas para a realização da conferência e Leandro intervém com a colocação de que não  
207 só a organização é prejudicada pela ausência do técnico e, sim, o trabalho do Conselho como um  
208 todo. Mayara questiona se existem sugestões de encaminhamentos para essa questão e, diante  
209 da ausência, anuncia o próximo item de pauta. **6. Informes da Conferência.** Inicia dizendo que  
210 ainda não há um local definido para realização da conferência. Explica que há uma preferência  
211 veemente por um local público, de modo que diversas ações se voltaram para esse objetivo,  
212 inclusive a feitura e envio de ofícios para as secretarias. Pede que a representante da Secretaria  
213 de Educação presente busque entender qual o *status* dessa solicitação, uma vez que o Conselho  
214 não recebeu nenhuma resposta. Comenta que a UNIFESP foi o alvo das articulações iniciais, mas  
215 que devido ao momento que vivem as instituições de ensino superior federais, com a perspectiva  
216 real de fechamento, não houve como amarrar esse compromisso. Mayara descreve o andamento  
217 dos contatos feitos com as universidades privadas, outras secretarias e com o sindicato dos  
218 petroleiros. Pede que Gustavo e Rayssa contem sobre a última reunião que compareceram na  
219 PUC São Paulo, na qual as conferências estão sendo discutidas e a conselheira informa que não  
220 houve grandes progressos. A maioria dos municípios ainda estão definindo as datas e, diante das  
221 informações cruzadas que tem sido publicizadas, fruto da cisão de ordem política na qual se

222 encontram o CONSEAS, e os organizadores da Conferência Democrática Nacional, há  
223 divergências quanto ao número de delegados, além de uma dificuldade quanto ao lugar onde será  
224 realizada a Conferência Nacional, que comporta número pequeno de pessoas. **7. Informes do**  
225 **Gestor.** Rodrigo anuncia que o primeiro informe é sobre a devolução do dinheiro do Fundo de  
226 Assistência Social utilizado, indevidamente, para aquisições do Programa Novo Olhar. Informa  
227 que houve uma reunião na Secretaria de Finanças com o DECONF para tratar do assunto,  
228 colocando que o trâmite para tal procedimento é pouco conhecido pela prefeitura, pois é pouco  
229 usual. Coloca que, considerando a aprovação da ata nº 006/2019, que condicionava o início do  
230 processo de devolução, ocorrida na última assembleia, a Secretaria tem ainda dois meses para  
231 concluir essa deliberação. O segundo informe trata da contribuição ao conselho feita pela  
232 funcionária da COGESUAS Rosana Gomes, para análise da inscrição das entidades ativas no  
233 CMAS, especialmente após discordâncias evidenciadas no processo de inclusão no CNEAS. **8.**  
234 **Informes do CMAS.** Mayara inicia o compartilhamento das discussões em curso em cada  
235 comissão. A primeira delas é a de Finanças que, como conta, esteve esvaziada no presente mês.  
236 A reunião dessa comissão discutiu o Relatório Circunstanciado apresentado nesta assembleia, a  
237 devolução de recurso do Fundo utilizado indevidamente no Programa Novo Olhar e o  
238 questionamento sobre o andamento da compra de mobiliário para o CRAS do Jardim São Manoel,  
239 haja visto que foi realizada a aprovação do planejamento de utilização dos recursos do IGD Bolsa  
240 para tal. Magali informa que a demora para abertura do serviço se justifica, primeiro em razão da  
241 morosidade para aprovação da utilização dos recursos do IGD, depois pela dificuldade encontrada  
242 para locação do imóvel e adequação física em acordo com as normativas vigentes. Além disso, a  
243 questão do RH e do FG1 são importantes, uma vez que o serviço não poderá ser viabilizado sem  
244 a resolução desses pontos. Sobre a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família,  
245 Mayara inicia apontando a ausência de coordenação na comissão. A reunião ocorreu na sede da  
246 entidade ACMD e contou com a presença de algumas chefias dos CRAS, trabalhadores dos  
247 NASF, entre outros. A discussão tratou da articulação intersetorial (assistência social, educação e  
248 saúde) efetiva em cada território, suas potencialidades e fragilidades. Na Comissão de Política a  
249 principal pauta é a pendência da visita de algumas entidades, estabelecimento de prioridades  
250 e distribuição dos planos de ação para tal. Também tratou-se de ofícios e solicitações de parecer  
251 recebidos pelo Conselho. Mayara questiona se há algum conselheiro não integrante da Comissão  
252 de Política que tem disponibilidade para fazer visita, pois a sobrecarga dos integrantes tem  
253 causado atrasos nessa incumbência do Conselho. Não houve manifestações. Na Comissão de  
254 Acompanhamento das Deliberações da Conferência/Legislação, após um tempo considerável  
255 empregado na construção da Lei Municipal do SUAS, como conta Mayara, e diante da dificuldade  
256 de contar com a presença de Humberto, profissional do Direito indicado pela Secretaria para  
257 auxílio nessa redação, decidiu-se que seria enviado, pelo Conselho, um ofício solicitando a  
258 apreciação, por parte desse profissional, da Minuta do Projeto de Lei em construção para  
259 pontuações e contribuições. Mayara expõe que foi tirado em reunião dessa Comissão que seriam

260 projetadas as Deliberações da Conferência de 2017 durante a assembleia para que esse debate  
261 seja reiniciado, sob o horizonte da conferência que ocorrerá este ano. Gustavo inicia a leitura das  
262 deliberações. *1. Que a Secretaria de Assistência Social se articule com a Secretaria de Governo  
263 para a implantação, em médio prazo, da Política de Segurança Alimentar, desvinculando a oferta  
264 da Assistência Social, mas garantindo seu acesso por meio dela e/ou de outras políticas setoriais.  
265 Até sua efetivação, que seja garantida pela Política de Assistência Social por meio de cartão  
266 alimentação em substituição das cestas básicas, contemplando as demandas do território.* Mayara  
267 coloca que, em uma reunião feita com o ex-secretário Flávio Jordão para tratar das deliberações,  
268 foi citado que já havia sido feito um estudo acerca da questão das cestas básicas. Este foi  
269 solicitado pelo Conselho, por meio de ofício, para apreciação. Magali pontua que o estudo foi feito  
270 em 2015, portanto precisa de atualização, que seu objeto foi a possibilidade de substituição da  
271 cesta básica pelo cartão alimentação e que a conclusão à época foi que, considerando o recurso  
272 disponível, a cesta atenderia uma demanda maior que a alternativa apresentada. *2. Que a  
273 Secretaria de Assistência Social garanta a Política de Educação Permanente para TODOS os  
274 trabalhadores do SUAS com ênfase em gênero, raças, sexualidade, violência contra a mulher e  
275 trabalho infantil, para melhor acolher os usuários, considerando as especificidades dos serviços  
276 ofertados. Ainda nesse sentido, garantir um espaço para estudo e discussão permanente das  
277 práticas e processos de trabalho.* A fundação do Núcleo de Educação Permanente e a aprovação  
278 do Plano de Educação Permanente, citados por Mayara e Rodrigo, respectivamente, são  
279 apontados como avanços em direção ao cumprimento dessa deliberação. O próximo passo, como  
280 aponta Rodrigo, é a definição dos profissionais que comporão esse núcleo, seguida de aprovação  
281 pelo Conselho, o que já foi discutido em reunião entre os dois departamentos e a SECAFUR neste  
282 ano. *3. Que a Secretaria de Assistência Social amplie as equipes dos CRAS e CREAS, em  
283 número suficiente, de acordo com o número de famílias referenciadas.* Mayara coloca que essa  
284 deliberação não foi, em nenhuma medida, contemplada, considerando que o último concurso  
285 ocorreu em 2016 e já está vencido. Magali pontua que sem concurso não é possível caminhar  
286 com essa deliberação. *4. Que a Secretaria de Assistência Social viabilize a retirada das cestas  
287 básicas fornecidas às famílias atendidas mais próximo dos moradores, enquanto não se viabiliza o  
288 cartão alimentação, com ampliação da quantidade de acordo com a demanda, com garantia de  
289 qualidade.* Magali se pronuncia dizendo que isso já feito e Mayara diz que foi reconhecido, na  
290 reunião da comissão, que já foram feitas alterações importantes nesse quesito. Magali questiona  
291 se o sistema atual não teria sido implantado anteriormente à essa deliberação e Leandro relembra  
292 que foi apontado, durante a conferência, que essa distribuição fosse mais capilarizada ainda.  
293 Atualmente, há um local fixo para cada CRAS de referência, no território de abrangência desse  
294 serviço. Hagnis, conselheira representante dos usuários, pede a palavra e chama atenção para o  
295 fato de que o território de abrangência dos CRAS, por vezes, abarca 8 bairros e isso acaba  
296 dificultando o acesso de uma considerável parcela da população que não reside próximo ao  
297 equipamento. Magali coloca que é necessário estudar outras alternativas, pois isso envolve uma



298 questão de logística e de custo que devem ser consideradas. 5. *Seguindo recomendação da*  
299 *conferência anterior, que seja implantado CRAS no Jardim Castelo, Caruara, José Menino e*  
300 *Marapé.* Sobre o CRAS Jardim Castelo, Magali conta que houve todo um trâmite burocrático  
301 quanto ao espaço e classificação do serviço a ser aberto, uma vez que se trata do espaço no  
302 interior do CEU das Artes, que será inaugurado em breve, e que hoje já há um espaço satisfatório  
303 e o mobiliário necessário, ainda que falte fazer as adequações, condicionadas à inauguração da  
304 instalação, prevista para outubro de 2019. A ausência de FG1 e de RH é novamente apontada  
305 como impeditivo para dar prosseguimento ao processo de abertura. Magali indica que o território  
306 de abrangência desse CRAS abarcará os bairros Areia Branca e Jardim Castelo e afirma que não  
307 há intenção, por parte do Departamento, em dividir a equipe do CRAS Bom Retiro para viabilizar a  
308 abertura do novo serviço e, ainda que fosse, não há um número de funcionários passível a essa  
309 divisão. Passando ao CRAS de Caruara, Magali aponta que houve, na verdade, um retrocesso.  
310 Anteriormente sob referência de uma equipe volante composta de uma dupla técnica, o serviço  
311 sofreu uma subtração com o deslocamento de uma profissional para o CRAS Centro já para cobrir  
312 uma defasagem incontornável, contando hoje com apenas uma dessas profissionais. Magali  
313 reitera que uma grande questão para Proteção Básica em Santos atualmente, é RH. Acrescenta  
314 que há uma dificuldade de encontrar uma casa que comporte o Serviço de Convivência e  
315 Fortalecimento de Vínculos (SCFV) na Área Continental. Este ocupa o lugar referente ao NIAS  
316 desde o ano passado. Existe demanda, como avalia Magali, para criação de um CRAS para os  
317 territórios José Menino e Marapé, pelo aumento, indicado pela equipe do CRAS Centro, do  
318 número de usuários residentes dessa microrregião demandatários de atendimento. Magali reforça  
319 que a falta de RH impede avanços e que a prioridade, considerando uma análise socioterritorial, é  
320 o CRAS Jardim São Manoel. Mayara informa que, na última reunião feita com o secretário, a  
321 previsão dada por ele para início das atividades desse serviço era de julho de 2019, no entanto,  
322 Magali coloca que não pode oferecer uma previsão consistente por não poder avaliar o  
323 andamento das obras que ocorrem no local. Sobre o RH, diz que não há profissionais suficientes  
324 para configuração de um CRAS, mas que a equipe referente ao antigo NIAS Jardim São Manoel  
325 está preservada e lotada no CRAS Alemoa, de modo que não seria necessária uma equipe toda,  
326 ainda que, sem os profissionais que seriam deslocados ao Jardim São Manoel com a abertura do  
327 serviço, apenas dois técnicos ficariam no CRAS Alemoa, número inferior a equipe mínima para  
328 existência do serviço no molde atual. 6. *Que a Secretaria de Assistência Social implante serviço*  
329 *de acolhimento intermediário que atenda mulheres vítimas de violência que ainda não se*  
330 *encontram em risco de morte, com execução direta.* Mayara apresenta uma cartilha do Senado  
331 Federal, referenciada por Marina, que abre prerrogativa para abertura de um serviço intermediário  
332 para atendimento dessa demanda específica, para subsidiar a discussão. Relembra uma reunião  
333 feita com a gestão em que surgiu um debate acerca da necessidade de reorganização dos  
334 serviços de acolhimento do município, pensados para a população de rua, portanto incapazes de  
335 realizar o atendimento de qualidade à demanda citada nessa deliberação, que tem aparecido com

336 cada vez maior relevância. Leandro inicia a réplica colocando que a necessidade emergente, para  
337 além das mulheres vítimas de violência, é de um abrigo para famílias. Declara que o enfoque  
338 dado à população em situação de rua, apesar de não especificado na Tipificação, foi uma opção  
339 da gestão do município baseada na realidade local. Para ampliação da rede, repete a fala sobre a  
340 falta de recursos e de RH como maior entrave. Mayara questiona para onde, hoje, essa demanda  
341 seria enviada e Leandro coloca que tudo depende de análise técnica, mas que o principal fluxo  
342 seria para a Casa das Anas, que está, constantemente, trabalhando na capacidade máxima. A  
343 conselheira Nayara levanta uma questão sobre a instituição supracitada, acerca de sua inscrição  
344 no Conselho. Colocada como casa de passagem no Diário Oficial, é sabido que a Casa das Anas  
345 funciona como um abrigo, o que não se confirma no termo de colaboração mais recente. Leandro  
346 confirma que a modalidade na qual se insere é abrigo institucional, evidenciando-se a divergência,  
347 Magali sugere a adequação do termo de colaboração. Secundariamente – na ausência de vaga na  
348 Casa das Anas, cabe ao Albergue Noturno receber essas mulheres vitimizadas e seus filhos,  
349 apesar de isso estar em desacordo com sua missão institucional. Josenice, coordenadora do  
350 Albergue Noturno intervém expondo a preocupação que a equipe técnica desta entidade tem com  
351 essa determinação, que acaba por revitimizar as mulheres, inserido-as nesse espaço pensado  
352 para pessoas com trajetória de situação de rua. Ressalta que, enquanto essa inadequação for  
353 subestimada, o município não avançará na tratativa dessa questão. Hagnis se pronuncia  
354 contribuindo com sua experiência própria de acolhimento no serviço e confirmando que a inserção  
355 de mulheres vítimas de violência com seus filhos no Albergue Noturno suscitabiliza-as a novos  
356 atentados contra sua dignidade. *7. Que a Secretaria de Assistência Social implante uma nova*  
357 *“Casa Dia” para pessoa idosa, por território, mediante análise socioterritorial, com articulação*  
358 *efetiva com a Secretaria de Saúde e transporte para o usuário, implante uma ILPI pública, com*  
359 *uma articulação com a Secretaria de Saúde e uma República para a pessoa idosa, com execução*  
360 *direta.* Leandro pede a palavra e coloca novamente que, para a criação de um novo serviço,  
361 especialmente dessa complexidade e de execução direta, é necessário verba e RH, não  
362 disponíveis na Secretaria, inviabilizando o cumprimento dessa deliberação. Informa também que  
363 há diversas discussões em torno do funcionamento atual dos serviços já existentes que pouco ou  
364 nada conseguem avançar na promoção de autonomia dos usuários, como está descrito como sua  
365 função prioritária na Tipificação, fala isso se tratando especialmente da modalidade República, de  
366 modo que não há perspectiva de saída do serviço para grande parte dos idosos residentes lá. *8.*  
367 *Que a Secretaria de Assistência Social articule, junto com a Câmara Municipal, a criação da Lei*  
368 *Municipal de Assistência Social, com fixação de, no mínimo, 5% do orçamento municipal até junho*  
369 *de 2018.* Mayara pontua os esforços do Conselho em direção a esse objetivo, mas salienta que  
370 pouco se fez dentro do prazo estabelecido, que conforme já mencionado acima, atualmente a  
371 minuta está para apreciação do secretário adjunto, após ter sido trabalhada pela comissão  
372 pertinente. Sobre a fixação de orçamento mínimo, indica que nada foi feito. Mayara e Leandro  
373 concordam em dizer que, em âmbito federal, a política de assistência social é a única do tripé da

374 Seguridade Social que não goza de financiamento base regulamentado. 9. *Que a Secretaria de*  
375 *Assistência Social crie novo programa de transferência de renda, por lei municipal, de acordo com*  
376 *diagnóstico social, revogando a Lei do PNF e que seu orçamento seja parte dos recursos*  
377 *garantidos para o novo programa, com critérios amplos de inclusão e cobertura (aumento da*  
378 *renda per capita, público, faixa etária, valor, etc.)* Mayara anuncia que não houve qualquer avanço  
379 em relação a essa proposta. Rodrigo informa que a secretaria irá apresentar, até o fim de 2019,  
380 estudo de impacto financeiro acerca da questão. 10. *Que a Secretaria de Assistência Social*  
381 *articule junto a Secretaria de Gestão, a criação dos cargos previstos no PNAS, garantindo-se a*  
382 *jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os profissionais.* A recente conquista das 30  
383 horas para os psicólogos servidores municipais merece destaque. Pontua-se a discussão que  
384 perdura sobre o cargo do operador social, que ainda não foi padronizado de acordo com as  
385 prerrogativas da política ou mesmo em relação a criação de um compete único em âmbito  
386 municipal. Demais profissionais da política além de assistente sociais, terapeutas ocupacionais,  
387 advogadas, e agora psicólogas mantêm-se em jornada de trabalho semanal de 40 horas. **9.**  
388 **Assuntos Gerais.** Mayara traz um informe do FORTSUAS sobre o 2º Seminário de Medidas  
389 Socioeducativas da Baixada Santista, que ocorrerá no dia 30 de julho de 2019, das 14h às 18h, no  
390 auditório da UNESP - São Vicente. Sem mais informes advindos da plenária, Mayara declara  
391 finalizada a Assembleia Geral Ordinária, às 12h34. Eu, Mayara da Silva Curcio, que presidi a  
392 assembleia, também lavrei a presente ata.

393

394

395

396

397

---

Mayara da Silva Curcio

398

Presidenta